

**EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRUTAS: DIVERSIFICAÇÃO OU
CONCENTRAÇÃO DE PRODUTOS E DESTINOS?**

Miguel Henrique da Cunha Filho

Mestrando em Economia Rural (UFC/DEA)

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

CPF: 785.760.084-91

Caixa Postal: 6.017

Fortaleza-CE .CEP: 60.451-970

Fone: (85) 4008.9717

Fax: (85) 4008.9716

mhcfilho@yahoo.com.br

Rosemeiry Melo Carvalho

Doutora em Economia pelo CAEN/UFC

Professora do Departamento de Economia Agrícola da UFC

CPF: 384.651.323-72

Caixa Postal: 6.017

Fortaleza-CE .CEP: 60.451-970

Fone: (85) 4008.9717

Fax: (85) 4008.9716

rmelo@ufc.br

Grupo de pesquisa: Comércio Internacional

Forma de Apresentação: apresentação em sessão com debatedor

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRUTAS: DIVERSIFICAÇÃO OU CONCENTRAÇÃO DE PRODUTOS E DESTINOS?

RESUMO: O Brasil apresenta excelentes condições para se tornar um dos principais produtores de frutas no mercado mundial. Dada a importância desse setor, tanto no que se refere à geração de emprego e renda, quanto de divisas, o presente estudo utilizou o coeficiente de *Gini-Hirschman* para analisar a competitividade das exportações, considerando o aspecto da diversificação dos produtos e dos países de destinos. Com base nos resultados obtidos verificou-se que as exportações tornaram-se menos concentradas em produtos tradicionais como a castanha de caju e a laranja, cedendo espaço para a manga, o melão, a maçã e a uva. Por outro lado, apesar da tendência de diversificação dos países de destinos, em 2003 os Estados Unidos, os Países Baixos e o Reino Unido ainda concentraram, aproximadamente, 71% das exportações brasileiras.

Palavras-chave: competitividade, coeficiente de Gini-Hirschman, exportações brasileiras de frutas.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o setor externo da economia brasileira tem desempenhado um relevante papel na política econômica nacional, a qual tem enfatizado a importância dos ganhos de produtividade e competitividade dos diversos setores de atividade, objetivando o aumento das exportações.

A intensificação do processo de integração comercial ocorrido no início dos anos 1990 foi um importante fator para o crescimento da competitividade das economias. Em mercados mais integrados a competitividade dos setores econômicos é determinada pela sua capacidade de crescer frente aos concorrentes internacionais. Essa capacidade está diretamente relacionada à construção de um *mix* de políticas públicas que visem a obtenção de ganhos contínuos de eficiência advindos, dentre outros fatores, da redução dos custos, da diferenciação dos produtos e da inovação tecnológica.

A competitividade internacional é definida por Gasques & Conceição (2002) como a habilidade dos empresários criarem, produzirem e comercializarem mercadorias e serviços com mais eficiência em relação aos seus concorrentes. Para Coutinho & Ferraz (1993), a competitividade pode ser entendida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias que permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.

A partir dessas definições verifica-se que a competitividade pode ser abordada sob vários aspectos. Uma diferença fundamental no tratamento das diversas acepções diz respeito ao nível de agregação das variáveis (empresas, indústrias, países) e à natureza dos indicadores utilizados (desempenho, eficiência e capacitação).

Os indicadores de desempenho analisam a competitividade dos agentes estudados no mercado nacional e internacional, enquanto os indicadores de eficiência e capacitação referem-se aos fatores explicativos do desempenho econômico das empresas, setores e países. Os indicadores de eficiência relacionam-se aos preços e custos dos bens e serviços comercializados, incluindo a produtividade dos fatores. Por outro lado, os indicadores de capacitação incorporam os avanços tecnológicos em produtos e processos.

Uma das principais distinções entre os indicadores de competitividade refere-se ao caráter relativo ou absoluto dos resultados obtidos. Os *indicadores absolutos* comparam o desempenho competitivo do país em relação aos seus concorrentes, enquanto os *indicadores*

relativos analisam a relação entre o desempenho do setor em questão e os demais setores do mesmo país. Os indicadores relativos incorporam em seus resultados a teoria ricardiana do comércio internacional e suas extensões neoclássicas baseadas no modelo de *Heckscher-Ohlin*.

A conquista de novos mercados tornou-se um importante desafio para as economias mais integradas comercialmente. Para que um país participe dessa nova conjuntura, faz-se necessário que ele se torne mais competitivo mundialmente e passe a explorar sua capacidade produtiva de forma a almejar posições mais consistentes interna e externamente.

Esse estudo tem como principal objetivo analisar a evolução da competitividade da fruticultura brasileira no período entre 1990 e 2003. A competitividade desse setor será analisada com base em indicadores relativos dando-se ênfase a sua inserção no comércio internacional. Os indicadores utilizados baseiam-se no coeficiente de *Gini- Hirschman*, a partir do qual foram calculados os índices de concentração por produtos (ICP) e por países de destino (ICD).

1.1. Importância do comércio internacional para a economia brasileira

No Brasil, as contas externas representam um dos pontos mais discutidos no âmbito da política econômica, com especial atenção à balança comercial. O volume de transações comerciais brasileiras com o resto do mundo tem aumentado de forma expressiva desde o início da década de 1970, alternando entre períodos de déficit e de geração líquida de receita, como entre 1981 e 1994, e mais recentemente, entre 2001 e 2004 (Figura 1).

Figura 1- Brasil: Evolução do Comércio Internacional-1974 a 2004

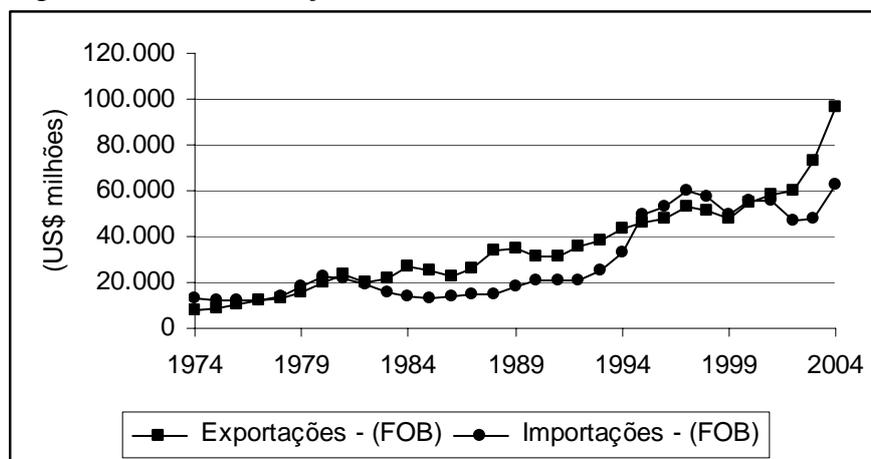


Figura 1- Brasil: Evolução do Comércio Internacional-1974 a 2004

Fonte: Banco Central do Brasil, 2005.

Segundo a FMI (Fundo Monetário Internacional), em 2004, a taxa média de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento foi de aproximadamente 22%, enquanto no Brasil esse crescimento foi de 32%, permitindo que a economia brasileira passasse a ocupar a 6ª colocação no *ranking* mundial de resultados com o comércio exterior.

Em 2004 tanto a receita total quanto o saldo comercial do agronegócio brasileiro se expandiram em relação a 2003. O crescimento da participação do agronegócio brasileiro no comércio internacional pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao crescimento da economia mundial, a elevação dos preços das *commodities* agrícolas, ao surgimento problemas sanitários em outros países exportadores e a maior estabilidade macroeconômica interna (Figura 2).

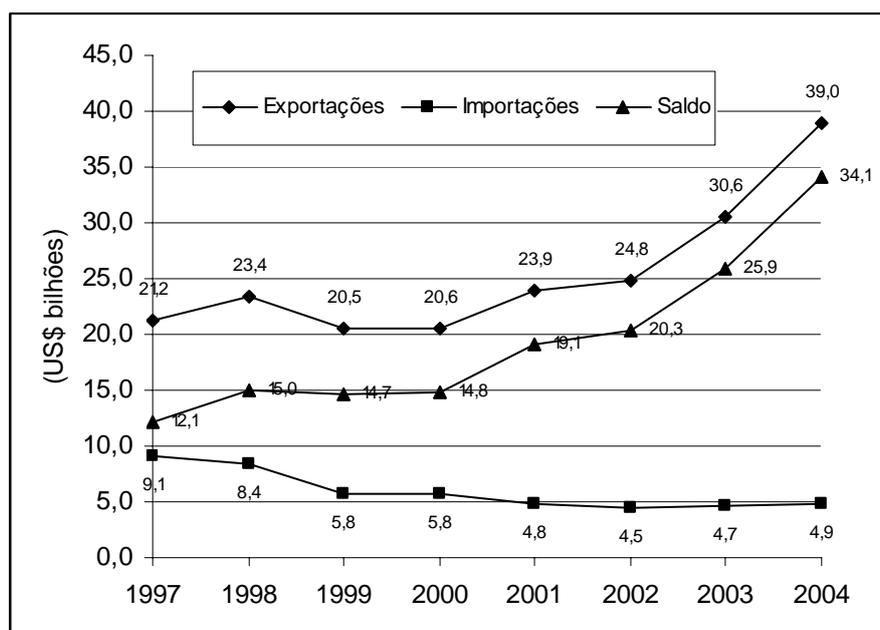


Figura 2 – Brasil: evolução da balança comercial do agronegócio, 1997 a 2004.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, 2005.

A diversificação dos destinos também foi uma das principais características do agronegócio brasileiro em 2004. Os embarques nacionais chegaram a mais de 150 países, atingindo novos mercados, como a Ásia, Oriente Médio e África, que juntos foram responsáveis por quase metade do aumento das receitas externas (Quadro 1).

Quadro 1- Brasil: crescimento das exportações do agronegócio por destino, 2004.

Destino	Crescimento das exportações (%)
África	51,4
Ásia	38,6
Oriente Médio	33,0
Europa Oriental	20,8
União Européia	20,4
Nafta, exceto México	19,1
Mercosul	19,8

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, 2005.

1.2. A fruticultura brasileira e o comércio internacional

A fruticultura tem recebido especial destaque dentre os setores do agronegócio brasileiro, movimentando anualmente aproximadamente US\$ 5,8 bilhões. Em 2002 o valor bruto de produção foi da ordem de US\$ 9,6 bilhões, correspondendo a 18% do valor da produção nacional agropecuária. Atualmente a produção brasileira de frutas supera 38 milhões de toneladas gerando uma receita de US\$ 11 bilhões. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas é desenvolvida em aproximadamente 3,4 milhões de hectares, onde para cada US\$ 10 mil investidos é possível gerar três empregos diretos e dois indiretos.

O Brasil apresenta excelentes condições para se tornar um dos principais exportadores de frutas para o mercado mundial. No período entre 1990 e 2003, as exportações brasileiras de frutas cresceram 183,88% em valor, 277,41% em volume e 915,86% em superávit. Nesse período as exportações passaram de US\$ 170,812 milhões para US\$ 484,902 milhões, enquanto às importações caíram de US\$ 133,436 milhões para US\$ 105,197 milhões.

Dada a importância da fruticultura para a economia brasileira, tanto no que se refere a geração de emprego e renda, quanto para a geração de divisas, este artigo procura identificar o nível de concentração das exportações brasileiras de frutas por produtos e por mercado consumidor no período entre 1990 e 2003.

2. METODOLOGIA

No Brasil alguns estudos analisaram a competitividade dos setores e produtos nacionais tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. Gasques & Conceição (2002), analisaram a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional utilizando indicadores de participação do saldo comercial de alguns produtos agrícolas no PIB nacional, de posição relativa no mercado mundial, de vantagens comparativas e de desempenho.

Para analisar a realidade dos complexos de frutas e hortaliças brasileiros Gonçalves *et al* (1995), baseados na teoria das vantagens competitivas, procuraram verificar como alguns condicionantes para a criação de posições competitivas interferem na produção brasileira. Coutinho & Ferraz (1993) analisaram a competitividade do complexo agroindustrial brasileiro no contexto dos novos padrões de concorrência internacional. Eles identificaram os indicadores mais relevantes para o acompanhamento da evolução desse setor e propuseram um conjunto de políticas para o incremento da competitividade.

O presente estudo analisa a competitividade sob o aspecto da diversificação da pauta de exportação e dos países de destino das exportações brasileiras de frutas. A importância dessa análise deve-se ao fato de que um elevado nível de concentração das exportações, seja em relação à concentração da pauta, seja em relação aos países de destinos, tem efeitos adversos sobre o setor produtivo. Quanto mais concentradas estiverem as exportações, mais a economia local estará sujeita às flutuações de demanda, o que pode implicar em mudanças bruscas nas suas receitas. Por outro lado, uma pauta de exportação mais diversificada pode assegurar condições mais estáveis às trocas internacionais.

2.1. Coeficiente de concentração de Gini-Hirschman

Para analisar o grau de concentração das exportações brasileiras de frutas foi utilizado o índice de concentração de *Gini-Hirschman*, o qual é amplamente empregado na literatura econômica. O cálculo desse indicador considera fatores estruturais da oferta e da demanda das exportações, revelando alguns pontos importantes sobre a pauta de exportação de um determinado setor produtivo ou de um país.

Há diversos fatores que podem influenciar o valor desse índice, dentre os quais destacam-se: o nível de desenvolvimento econômico, a proximidade com grandes pólos comerciais e o tamanho da economia. Em relação ao primeiro aspecto, excluindo-se a possibilidade da especialização da economia na produção de bens intensivos no fator abundante localmente, espera-se que quanto maior o nível de desenvolvimento, mais complexa a estrutura produtiva e conseqüentemente, maior o grau de diversificação da sua pauta. Em relação à distância entre um país e os grandes pólos comerciais, tem-se que quanto maior a proximidade maior a tendência de concentração do destino das suas exportações, ou seja, essa proximidade tem efeitos negativos sobre a concentração da pauta. E, por último, quanto menor o tamanho da economia, maior será o índice de concentração da pauta, pois esta terá menores possibilidades de produzir em larga escala uma grande diversidade bens.

2.1.1. Índice de Concentração por Produtos (ICP)

O Índice de Concentração por Produtos (ICP) foi utilizado para analisar o grau de concentração da pauta de exportações brasileiras no setor de fruticultura, o qual pode ser calculado por:

$$ICP = \sqrt{\sum_j \left(\frac{X_j^n}{X^n} \right)^2} \quad (1)$$

Onde:

X_j^n = representa o valor das exportações brasileiras da j -ésima fruta o n -ésimo período.

X^n = representa o valor total das exportações brasileiras de frutas no n -ésimo período.

O valor do ICP assume valores entre zero e um ($0 \leq ICP \leq 1$). Um valor próximo à unidade indica que as exportações estão concentradas em poucos produtos. Por outro lado, quanto menor o ICP maior a diversificação da pauta de exportação do setor.

2.1.2. Índice de Concentração por Destino (ICD)

O ICD foi utilizado para analisar o grau de concentração das exportações brasileiras de frutas brasileiras, podendo ser obtido por:

$$ICD = \sqrt{\sum_z \left(\frac{X_z^n}{X^n} \right)^2} \quad (2)$$

Onde:

X_z^n = representa o valor das exportações brasileiras de frutas para z -ésimo país no n -ésimo período;

O valor do ICD também assume valores entre zero e um ($0 \leq ICD \leq 1$). Um valor próximo a unidade indica que as exportações se concentram em um pequeno número de países de destino. Por outro lado, um índice ICD baixo reflete uma maior diversificação dos mercados consumidores.

2.2. Fonte dos dados

Para calcular os índices ICP e ICD foram utilizados dados referentes aos valores em dólares FOB (*Free on board*) das exportações de Frutas, Cascas de Citricos e de Melões, disponíveis no Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Índice de Concentração por Produto (ICP)

Os resultados do ICP para o setor de frutas são apresentados na Tabela 1. O valor médio do ICP ao longo do período analisado foi de 51,1%, indicando que existe uma concentração da pauta de exportações de frutas brasileiras em poucos produtos. No entanto, analisando a evolução desse indicador verifica-se que a partir de 1996 o grau de concentração tem se reduzido de forma expressiva.

Tabela 1 – Fruticultura Brasileira: evolução do índice de concentração por produto, 1990-2003.

Anos	ICP	Evolução (1990=1000)	Varição Anual (%)
1990	0,614	100,0	
1991	0,572	93,3	-6,8
1992	0,593	96,6	3,7
1993	0,490	79,8	-17,4
1994	0,477	77,7	-2,6
1995	0,588	95,9	23,3
1996	0,605	98,5	2,9
1997	0,563	91,7	-6,9
1998	0,543	88,4	-3,6
1999	0,489	79,7	-9,9
2000	0,490	79,9	0,2
2001	0,400	65,2	-18,4
2002	0,361	58,9	-9,8
2003	0,364	59,3	0,8
média	0,511		-3,4

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC e da FAO.

Em 1990 ICP era de 61,4%, em 2003 esse índice caiu para 36,4%, representando uma redução de 40,7% no nível de concentração, a uma taxa média anual de redução de 3,41%. Depois de uma tímida desconcentração da pauta entre 1991 e 1994, o ICP cresceu consideravelmente atingindo em 1996 um nível de 60,5%. A partir desse ano, esse indicador passou a apresentar sucessivas reduções (Figura 3).

As reduções do ICP, principalmente nos últimos anos da série analisada, indicam uma maior diversificação da pauta de exportação das frutas brasileiras, atribuída, dentre outros fatores, ao desenvolvimento do sistema produtivo, com uma estrutura mais complexa, capaz de gerar uma maior diversidade de bens.

Os dados da Tabela 2 mostram a evolução da participação percentual das principais frutas no valor total das exportações do setor. Ao longo do período analisado algumas frutas reduziram sua participação no comércio exterior, enquanto outras tiveram maior inserção no mercado internacional. Desse modo, faz-se necessário analisar o índice de concentração para cada um desses produtos.

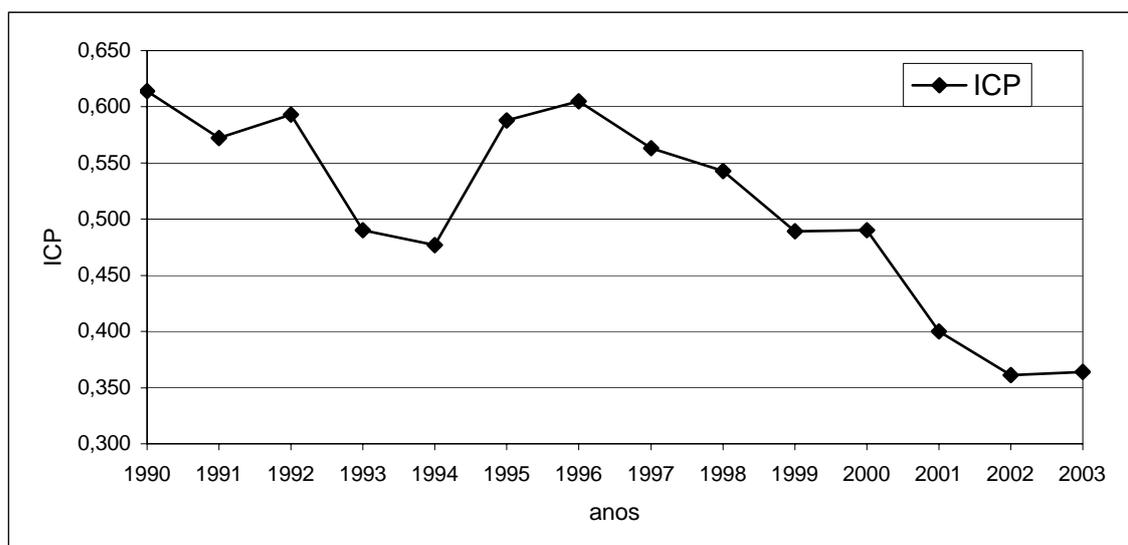


Figura 3 – Fruticultura Brasileira: evolução do Índice de Concentração por Produto, 1990 -2003.

Tabela 2 – Fruticultura Brasileira: participação das principais frutas no valor das exportações (%), 1990 a 2000.

Ano	Castanha de caju	Manga	Melão	Laranja	Maçã	Banana	Uva
1990	59,3	1,8	5,3	10,7	1,5	5,2	1,3
1991	55,5	2,5	8,0	10,8	0,8	9,3	3,0
1992	57,8	2,7	6,3	6,8	8,0	6,5	3,0
1993	45,9	7,7	11,7	7,7	4,5	5,9	5,6
1994	43,3	7,0	12,5	10,8	6,0	4,4	3,4
1995	56,5	8,6	6,3	11,2	2,4	1,6	3,9
1996	58,2	10,1	8,8	7,1	0,6	1,9	2,2
1997	53,9	6,9	7,2	7,9	3,9	3,4	1,7
1998	51,2	11,7	10,2	5,2	2,0	3,2	2,1
1999	45,3	10,2	9,2	6,7	9,6	4,0	2,7
2000	45,9	9,9	6,9	4,2	8,6	3,4	4,1
2001	33,5	15,2	11,7	8,2	5,4	4,8	6,4
2002	29,8	14,4	10,7	2,3	8,9	9,5	9,6
2003	29,6	15,1	12,0	2,8	7,8	6,2	12,4
Média	47,6	8,8	9,1	7,3	5,0	4,9	4,4

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Os resultados do ICP para cada uma dessas frutas estão apresentados na Tabela 3. Os valores médios desse índice mostram que 47,6% da pauta de exportações estão concentrados na castanha de caju. O melão apresentou o segundo maior índice médio (9,1%), seguido da manga (8,8%), laranja (7,3%), maçã (5%), banana (4,9%) e uva (4,4%).

Apenas os valores do ICP da castanha de caju e da laranja apresentaram tendências declinantes ao longo do período. Para a castanha de caju a redução foi de aproximadamente

50%, a uma taxa média anual de 4,32%, caindo de 59,3% em 1990 para 29,6% em 2003. Para a laranja o valor caiu de 10,7% para 2,8%.

Em relação aos demais produtos, os que apresentaram aumentos mais expressivos foram a manga (de 1,8% para 15,1%), uva (1,3% para 12,4%) e o melão (de 5,3% para 12%), evidenciando uma tendência de maior diversificação das exportações.

Tabela 3 - Fruticultura Brasileira: evolução do índice de concentração por produto, 1990-2003.

Anos	Castanha de caju	Manga	Melão	Laranja	Maçã	Banana	Uva
1990	0,593	0,018	0,053	0,107	0,015	0,052	0,013
1991	0,555	0,025	0,080	0,108	0,008	0,093	0,030
1992	0,578	0,027	0,063	0,068	0,080	0,065	0,030
1993	0,459	0,077	0,117	0,077	0,045	0,059	0,056
1994	0,433	0,070	0,125	0,108	0,060	0,044	0,034
1995	0,565	0,086	0,063	0,112	0,024	0,016	0,039
1996	0,582	0,101	0,088	0,071	0,006	0,019	0,022
1997	0,539	0,069	0,072	0,079	0,039	0,034	0,017
1998	0,512	0,117	0,102	0,052	0,020	0,032	0,021
1999	0,453	0,102	0,092	0,067	0,096	0,040	0,027
2000	0,459	0,099	0,069	0,042	0,086	0,034	0,041
2001	0,335	0,152	0,117	0,082	0,054	0,048	0,064
2002	0,298	0,144	0,107	0,023	0,089	0,095	0,096
2003	0,296	0,151	0,120	0,028	0,078	0,062	0,124
Média	0,476	0,088	0,091	0,073	0,050	0,049	0,044

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC e da FAO.

De modo geral, percebe-se que a pauta tem se tornando menos concentrada em produtos tradicionais, tais como a castanha de caju e a laranja, enquanto produtos como a manga, melão, maçã e uva, passaram ter uma maior representatividade. Deve-se ressaltar que, a incorporação de uma maior variedade de produtos é um fator de grande importância para a aumentar a competitividade desse setor.

3.2. Índice de Concentração por País de Destino (ICD).

Os valores calculados para o ICP medem o grau de concentração das exportações por país de destino. Com base nos valores apresentados na Tabela 4 verifica-se que o índice médio de concentração foi de 50,6%, porém com tendência decrescente (Figura 4).

Em 1990 o ICD era de 56,9%, caindo para 45,1% em 2003, um decréscimo 20,7%, a uma taxa média anual de 1,6%. Apesar dessa redução, o ICD foi muito elevado em grande parte do período, indicando que esse setor pode estar bastante vulnerável às oscilações de demanda. Desse modo, deteriorações do quadro macroeconômico mundial, com conseqüentes reduções da demanda externa, poderão trazer sérias dificuldades para esse setor (Farias, 2000).

Os dados da Tabela 5 mostram a evolução da participação percentual dos principais países de destino das exportações desse setor. Entre 1990 e 2003, os principais mercados de destino foram os EUA (41,2%), Países Baixos (20,5%), Reino Unido (9,6%), Argentina (5,6%) e Canadá (5%), que juntos demandam aproximadamente 82% das exportações.

Tabela 4 - Fruticultura Brasileira: evolução do índice de concentração por país de destino, 1990-2003

Anos	ICD	Evolução (1990=1000)	Varição Anual (%)
1990	0,569	100,0	
1991	0,519	91,2	-8,8
1992	0,529	93,0	1,9
1993	0,496	87,2	-6,2
1994	0,506	88,9	2,0
1995	0,572	100,5	13,0
1996	0,550	96,7	-3,8
1997	0,520	91,4	-5,5
1998	0,496	87,2	-4,6
1999	0,483	84,9	-2,6
2000	0,504	88,6	4,3
2001	0,456	80,1	-9,5
2002	0,436	76,6	-4,4
2003	0,451	79,3	3,4
Média	0,506		-1,6

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

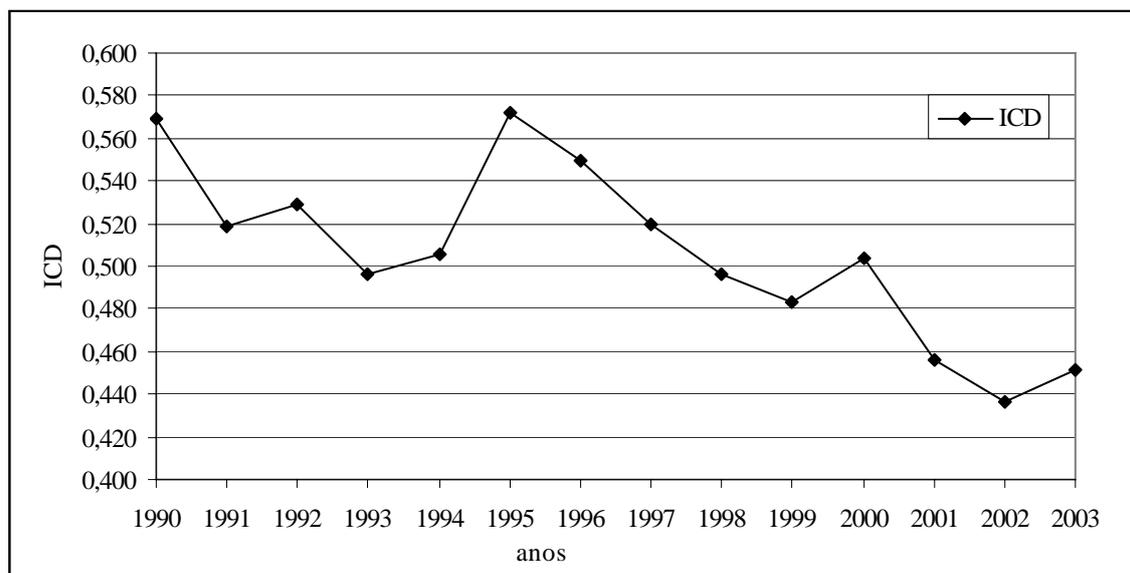


Figura 4 – Evolução do Índice de Concentração por Produto (ICP) das exportações brasileiras de frutas (1990 a 2003).

Tabela 5- Fruticultura Brasileira: participação dos principais países de destino (%), 1990-2003.

Anos	EUA	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Canadá	Total
1990	48,3	12,8	10,5	4,4	5,8	81,8
1991	43,6	14,9	9,6	9,7	6,7	84,5
1992	46,8	13,7	7,5	7,7	5,6	81,4
1993	40,3	19,7	10,7	8,4	4,8	83,9
1994	38,4	25,7	9,2	3,5	4,7	81,5
1995	48,0	22,2	6,5	2,6	5,5	84,9
1996	48,7	18,4	8,5	4,5	6,2	86,4
1997	45,2	19,9	6,6	4,6	4,6	80,9
1998	41,5	18,9	8,8	6,3	5,2	80,9
1999	39,2	22,4	9,0	6,4	4,8	81,8
2000	43,8	19,1	9,0	5,3	4,5	81,6
2001	33,2	25,8	11,4	5,5	3,6	79,6
2002	30,1	24,8	13,5	5,6	3,9	78,0
2003	29,4	28,7	13,2	3,3	3,6	78,1
média	41,2	20,5	9,6	5,6	5,0	81,8

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Os resultados apresentados na Tabela 6 mostram a evolução do ICD para os principais países de destino. Observa-se que, em média, 43,3% das exportações destinaram-se aos Estados Unidos. Essa elevada concentração deve-se, principalmente, a castanha de caju, que responde por aproximadamente 47% das exportações e tem esse país como principal destino.

Tabela 6- Brasil: Indicador de concentração do setor de frutas para os principais destinos, 1990 a 2003.

Anos	EUA	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Canadá
1990	0,533	0,141	0,116	0,048	0,064
1991	0,467	0,160	0,102	0,104	0,072
1992	0,493	0,144	0,079	0,081	0,059
1993	0,424	0,207	0,113	0,088	0,051
1994	0,409	0,273	0,098	0,037	0,050
1995	0,512	0,237	0,070	0,028	0,058
1996	0,502	0,190	0,088	0,047	0,064
1997	0,468	0,206	0,069	0,048	0,047
1998	0,437	0,199	0,093	0,067	0,055
1999	0,405	0,232	0,093	0,066	0,049
2000	0,449	0,196	0,092	0,054	0,046
2001	0,343	0,267	0,118	0,057	0,038
2002	0,314	0,259	0,141	0,058	0,041
2003	0,305	0,298	0,137	0,034	0,038
Média	0,433	0,215	0,101	0,058	0,052

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC e da FAO.

Apesar dos Estados Unidos serem o principal mercado de destino para os produtos brasileiros sua participação caiu de 48,32% em 1990 para 29,35% em 2003.

Conseqüentemente, o ICD foi reduzido de 53,3% para 30,5%. Essa redução pode ser atribuída, principalmente, ao fraco desempenho da castanha de caju, que apresentou reduções na sua participação.

Os Países Baixos são o segundo principal mercado, concentrando em média 21,5% das exportações. A seguir aparecem o Reino Unido (10,1%), a Argentina (5,8%) e o Canadá (5,2%). Em 1990, o ICP para os Países Baixos era de 14,1%, aumentando para 29,8% em 2003. Para o Reino Unido, cresceu de 11,6% para 13,7%. Esses resultados são confirmados pelo aumento da participação relativa desses países no destino das exportações.

Em relação à Argentina e Canadá, ocorreu uma redução na concentração das exportações brasileiras para esses países. Para a Argentina, o ICP caiu de 4,8% em 1990 para 3,8% em 2003. Para o Canadá essa redução foi de 6,4% para 3,8%. Com base nesses resultados verifica-se que as exportações brasileiras apresentam um elevado nível de concentração, onde apenas cinco países são responsáveis pela demanda de 81% dos seus produtos. Ao contrário ICP, a evolução do ICD evidencia uma tendência de concentração da pauta em apenas três mercados consumidores: Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido.

4. CONCLUSÕES

A intensificação do processo de integração comercial ocorrido no início dos anos 1990 enfatizou a importância dos ganhos de eficiência e produtividade, objetivando o aumento da competitividade no mercado internacional.

O volume de transações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo tem aumentado de forma expressiva contribuindo para a obtenção de saldos positivos no Balanço de Pagamentos. Nesse contexto, o agronegócio tem se destacado, principalmente no que diz respeito a geração de divisas, emprego e renda. Esses resultados favoráveis podem ser atribuídos principalmente ao crescimento da demanda mundial, a elevação dos preços das *commodities*, aos problemas sanitários surgidos em outros países, a maior estabilidade macroeconômica interna e a conquista de novos mercados.

Dentre os setores do agronegócio, a fruticultura tem recebido especial atenção, pois o Brasil apresenta excelentes condições para se tornar um dos principais produtores mundiais. No entanto, tornar-se mais competitivo, a partir da diversificação da pauta e da conquista de novos mercados, constitui um importante desafio para as economias mais integradas comercialmente.

Analisando a composição da pauta e a participação dos países no destino das exportações do setor de fruticultura, procurou-se verificar o grau de concentração das exportações por produto (ICP) e por destino (ICD), utilizando o coeficiente de *Gini-Hirschman*. A partir dos resultados obtidos pode-se concluir que ao longo do período analisado o Brasil exportou uma maior variedade de frutas, tornando a pauta menos concentrada. Produtos tradicionais como a castanha de caju e a laranja, que em 1990 concentravam aproximadamente 70% do valor total exportado, em 2003 foram responsáveis por menos de 33%. Por outro lado, produtos com menores participações como a manga, o melão, a maçã, a banana e a uva, passaram a ter maior expressividade no mercado internacional.

Em relação aos países de destino, o índice de concentração também apresentou tendência decrescente ao longo do período. No entanto, em média, 71,3% das exportações brasileiras estão concentradas em três mercados de destino: Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido.

Desse modo, embora o Brasil ainda não tenha conseguido diversificar os mercados de destino das exportações de frutas, tem-se verificado significativos avanços no sentido de

aumentar a competitividade internacional a partir da diversificação dos produtos, a qual é um fator de grande importância para a conquista de uma maior inserção nos comercial.

Com base nessa análise pode-se verificar a necessidade de estudos que investiguem de forma mais aprofundada os principais fatores que determinam essa concentração e identifiquem as possíveis oportunidades para uma maior diversificação, tanto em relação aos produtos quanto aos mercados de destino para a fruticultura brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e Finanças. Indicadores econômicos consolidados. Balanço de Pagamentos. 2004. Disponível em :<<http://www.bcb.gov.br>>, 2005.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudos da competitividade da indústria brasileira - Sistema de indicadores da competitividade**. Campinas: UNICAMP/UFRJ/PDC/FUNCEX, 1993.

FARIAS, J. J. **Exportações do Rio Grande do Norte: crescimento, vantagens comparativas reveladas e o problema da concentração**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Economia). Recife: PIMES/UFPE, 2000.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C. P. R.. **Indicadores de competitividade e de comércio exterior da agropecuária brasileira**. Texto para Discussão n° 908, Brasília: IPEA, Set. 2002.

GONÇALVES, J. S. et.al. Competitividade e complementaridade dos complexos de frutas e hortaliças dos países do Cone Sul: Discussão sob a ótica da inserção brasileira. In: **Agricultura em São Paulo**, SP, p. 1-52, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Indicadores e estatísticas de comércio exterior. Balança comercial, 2004. Disponível em:< <http://mdic.gov.br>>, 2005.

